Físico denuncia objetivo militar do programa nuclear

Brasília — "O programa nuclear tem objetivo militar e dentro de 10 anos o Brasil terá capacidade par fabricar a bomba atômica", declarou ontem à CPI do Senado que investiga o acordo nuclear Brasil-Alemanha o ex-capitão da Marinha e físico nuclear Antonio Didier Barbosa Vianna.

"Quando li o acordo pela primeira vez fiquei convencido de que havia um grande apoio militar. O Presidente Geisel estava totalmente apoiado no Alto Comando Militar quando assinou o acordo com a Alemanha", acrescentou. O Comandante Didier, 56, foi o construtor do reator de pesquisas Argonauta, em 1960, e que funciona até hoje no IEN (Instituto de Engenharia Nuclear), no Rio.

Acredita também que os Estados Unidos e a União Soviética têm plena consciência disso e fazem de tudo para impedir que o Brasil "acrescente degraus a um programa nuclear autônomo". Citando estudo mandado realizar pelo Departamento de Estado americano, afirmou que aquele país tem conseguido boicotar todos os esforços feitos pelo Brasil nesse sentido. Como exemplo, incluiu o Grupo do Tório, que segundo ele foi dissolvido por exigência americana; o projeto do IME (Instituto Militar de Engenharia), de prodizir água pesada; a usina de Poços de Caldas, que foi desativada durante 10 anos; e o próprio acordo nuclear Brasil-Alemanha, onde a parte mais sensível, que seria a transferência de tecnologia, é justamente a mais deficiente.

O Sr Antônio Didier, que se formou nos Estados Unidos com o professor Hervásio Guimarães de Carvalho, acusou o presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) de ser "um agente dos interesses nucleares americanos infiltrado no programa nuclear brasileiro". Para ele, o prof. Hervásio sempre procurou destruir qualquer esforço nacional para obter tecnologia nuclear autônoma. Acusou também o ex-presidente da Comissão, prof. Marcelo Damy de Souza Santos, de defender os mesmos interesses: "Imediatamente após tomar posse, a primeira coisa que o Damy fez foi mandar desativar a usina de tratamento de urânio de Poços de Caldas e mandar parar com o projeto do Argonauta."

Explicou que a construção do reator só não foi paralisada porque a empresa que presidia na época, e responsável pela construção, agüentou seis meses sem receber uma fatura sequer. Afirmou que mesmo assim o projeto só foi salvo porque ele procurou pessoalmente o Presidente Jânio Quadros para expor o problema e, então, "o Damy ficou com medo e parou de pressionar". Ele acredita ser muito sintomática a paralisação da usina de Poços de Caldas, "porque não havendo urânio disponível nenhum programa nuclear podia ser feito, matando a coisa no embrião."

O Sr Antônio Didier considera também que a Nuclep é um elefante-branco e foi construída sem consulta à indústria pesada privada nacional e foi um excelente negócio para a indústria alemã. "Os alemães forneceram uma infinidade de máquinas à Nuclep. Se fossem adquiridas apenas as máquinas críticas, em vez de 300 milhões de dólares a Nuclep teria gasto apenas uns 100 milhões de dólares na construção de sua fábrica."

Ele discorda do argumento usado pela Nuclebrás para instalar a fábrica de que a indústria nacional não possuía o ferramental necessário para a fabricação de peças nucleares. "Se não tinha é porque não havia mercado; uma vez criado o mercado os industriais se equipariam imediatamente". Para o depoente, a Nuclep é um negócio planejado pela Krupp alemã. "A fábrica da Nuclep é um negócio absurdo sob o ponto-de-vista nuclear, porque só servirá para fabricar equipamentos para usina do tipo PWR. Quando entrarmos na era dos **breeders**, por volta do ano 2000, a fábrica não terá mais utilidade para o programa, porque esse tipo de reator não utiliza vasos de pressão e seus trocadores de calor são peças praticamente convencionais.

Acredita que quando a fábrica da Nuclep for desativada para o programa nuclear, a Krupp usará aquelas instalações para fabricar outros equipamentos. Acrescentou que a Nuclep só se pagaria se o Brasil construísse de 50 a 60 usinas nucleares do tipo PWR. "E eu duvido muito que isso venha a acontecer, porque acabo de assistir a um debate com o presidente da Eletrobrás, Maurício Schulmann, e fiquei sabendo que a empresa não cogita da instalação de nenhuma nova usina nuclear antes de 1995".

Para o depoente, gerar energia elétrica com os reatores do tipo que o Brasil está construindo é antieconômico, "porque temos ainda um grande potencial hidrelétrico e qualquer usina hidrelétrica, mesmo as mais distantes, custam pelo menos a metade de uma nuclear". Mesmo assim, ele disse que não foi contra o programa original de construção de oito usinas nucleares, sob o acordo com a Alemanha, "porque pensei que a intenção era produzir plutônio para um futuro programa de reatores regeneradores rápidos (**breeders**), embora apenas quatro usinas bastassem para isso."

O ex-militar defendeu a posição da Índia e sugeriu que o Brasil faça um acordo nuclear com aquele país. "Enquanto o Brasil toma decisões nesse campo como se fosse um país rico, a Índia toma decisões de país que conta as migalhas de dinheiro. No entanto, aquele país é hoje inteiramente independente em tecnologia nuclear e já está inclusive irradiando tório, que tem muito, e produzindo urânio-233, que é o melhor detonador da bomba de hidrogênio".

Brasília/Foto de Sonja Rego

O Comandante Didier Viana propôs que Brasil faça acordo com a Índia

Three Mile quer US$ 500 milhões de indenização

Parsippany, *Nova Jérsei — A companhia proprietária da usina nuclear de Three Mile Island entrou com uma ação na Justiça norte-americana para obter do fabricante dos reatores, a Babcock & Wilcox Co., e de sua matriz, a J. Ray McDermott Co., indenização de 500 milhões de dólares, pelas perdas decorrentes do acidente que determinou o fechamento da central desde 28 de março do ano passado.*

A General Public Utilities Corp. acusa a Babcock & Wilcox de "negligência, falha de equipamento, quebra internacional de contrato e de garantias expressas". Alega que o fabricante não treinou devidamente o pessoal da usina e, ainda mais grave, não conseguiu aperfeiçoar normas operacionais "incorretas, incompletas e inapropriadas", pois um acidente similar ao de Three Mile Island ocorreu 18 meses antes, na usina de Davis-Besse, operada pela Toledo Edison Co. de Ohio.

De sua sede, em Nova Orleans, contudo, o presidente da McDermott, James Cunningham, afirmou: "Não temos qualquer responsabilidade por esse acidente à luz de nossas obrigações contratuais", acrescentando que a empresa vai defender vigorosamente sua posição, na Justiça.

Ao anunciar a ação contra a Babcock, o presidente da General Public, William Kuhn, disse que o relatório da comissão presidencial que examinou o acidente de TMI mencionava que o fabricante não levou a sério uma advertência de um de seus engenheiros, segundo o qual os operadores das usinas precisavam de instruções mais precisas.

Revelou também que o mesmo relatório descobriu que as válvulas de segurança de equipamentos Babcock tinham emperrado abertas nove vezes antes do acidente de TMI, sem que a companhia avisasse seus clientes.

Observou ainda Kuhn que os operadores de TMI, a exemplo de todos os outros, tinham recebido instruções para entrar em ação caso o reator começasse a encher com excesso de líquido refrigerador. Normalmente, observou, os operadores devem preocupar-se mais com a falta desse líquido, o que poderia provocar superaquecimento do combustível e o temido melt-down *(derretimento do núcleo do reator).*

EUA usarão mais átomo e carvão

Armando Ourique
Correspondente

Washington — A produção de petróleo nos Estados Unidos irá declinar nos próximos cinco anos, mas será substituída pelo carvão e a energia nuclear, afirmou ontem o Subsecretário de Energia, John Sawhill, que reafirmou a meta de reduzir pela metade a importação de petróleo até 1990.

Os preços do petróleo este ano não deverão registrar um aumento substancial, a menos que uma alta seja induzida por problemas políticos ou por uma eventual escassez de oferta. Sawhill disse que a demanda e oferta internacionais de petróleo estão equilibradas no momento e que portanto essa conjuntura não é favorável a aumentos de preços.

A produção de energia nuclear nos Estados Unidos e nos demais países desenvolvidos da OCDE deverá crescer em ritmo acelerado nos próximos cinco anos. Sawhill disse que tanto os Estados Unidos como os demais países da Organização estão produzindo o equivalente a 1 milhão 300 mil barris de petróleo em energia nuclear, e que essa produção deverá ser de equivalente a 3 milhões de barris diários em 1985.

O Subsecretário de Energia comentou que o recente referendo na Suécia confirmou um consenso nos países desenvolvidos pela utilização da energia nuclear. O orçamento dos EUA para 1981 reduziu as verbas para o desenvolvimento da energia nuclear, mas Sawhill lembrou que nos EUA é iniciativa privada que decide pela construção de reatores e que essa opção energética continua sendo prioritária no país. Afirmou que os três principais problemas nesse setor são segurança dos reatores, armazenamento do lixo nuclear e a proliferação de armas atômicas.

Eletrobrás pede ajuda a Delfim

O presidente da Eletrobrás, Sr Maurício Schulman, revelou ontem que propôs ao Ministro do Planejamento Delfim Netto alternativas para aliviar a situação financeira da empresa, que está "apertada devido a um problema de fluxo de caixa, já que no primeiro semestre os recursos não entram no mesmo ritmo do segundo semestre".

Uma das idéias levadas ao Ministro, segundo o Sr Maurício Schulmnan, é que a Eletrobrás possa tomar empréstimos externos e internos de curto prazo, até que sejam concretizados os empréstimos externos de longo prazo previstos para este ano e cuja negociação ainda não foi autorizada pelo Banco Central.

O Sr Maurício Schulman esteve em Brasília esta semana, acompanhado do diretor-financeiro da Eletrobrás, Norberto Medeiros, para "sensibilizar o Ministro para a situação financeira do setor elétrico". Se o Ministro Delfim Neto autorizar a Eletrobrás a tomar os empréstimos de curto prazo — três a cinco meses — a empresa usará os empréstimos externos para pagar compromissos internacionais, isto é, os recursos nem sequer precisarão entrar no país. E os empréstimos internos serão usados para pagar compromissos também internos, como as faturas dos fornecedores de serviços e empreiteiras cujo pagamento está atrasado em algumas empresas do setor elétrico — entre elas, o Sr Maurício Schulman citou Furnas e a Eletronorte.

As operações, porém, serão "pequenas, para não perturbar o fluxo normal do mercado privado", disse o presidente da Eletrobrás.

Ao confirmar os atrasos nos pagamentos de faturas, o Sr Maurício Schulman ressalvou que o setor elétrico fechou 1979 "com os pagamentos em dia". Ou seja, os atrasos atuais — que não ocorrem no setor elétrico como um todo, mas apenas em algumas empresas, segundo o presidente da Eletrobrás, que lembrou que "a Light, por exemplo, jamais atrasou" — começaram este ano.

O presidente da Eletrobrás apontou como um dos fatores para o atraso no pagamento de faturas o fato de que, este ano, a Eletrobrás, por falta de recursos, não assinou nenhum aditivo para atualizar o valor dos contratos de financiamento que mantém com suas subsidiárias. Esses contratos são assinados em moeda fixa e todo ano a empresa faz um aditivo de correção monetária. Este ano nenhum aditivo foi assinado "porque a Eletrobrás não tem dinheiro para pagar a diferença".

Governo manda abrir postos aos sábados para carro a álcool

Brasília — Em cerimônia no Palácio do Planalto que marcou o início da comercialização de veículos movidos a álcool, o Presidente Figueiredo determinou ontem ao Ministro das Minas e Energia, César Cals, que autorize a abertura de postos de fornecimento deste combustível aos sábados. Ao revelar a decisão do Presidente, o Ministro da Comunicação Social, Said Farhat, explicou que a medida tem o objetivo de incentivar o brasileiro a trocar os veículos movidos a gasolina pelos movidos a álcool, cuja fabricação deve chegar a 330 mil unidades até o final do ano.

À solenidade de liberação dos veículos movidos a álcool ao mercado consumidor, no salão Leste do Planalto, compareceram cerca de 300 representantes de indústrias e distribuidoras do setor automobilístico. Em nome do Governo federal, discursou o Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, que garantiu aos empresários o fornecimento do álcool necessário para abastecer os 330 mil veículos.

Segundo o Ministro Said Farhat, a abertura de postos com bombas de álcool nos sábados deve ocorrer "no menor prazo possível". Tudo depende da ação do Conselho Nacional do Petróleo, cujo presidente, General Oziel Almeida, já entrou em entendimentos com o Ministro das Minas e Energia para levar adiante a decisão do Presidente da República.

Antes do pronunciamento do Ministro Camilo Penna, discursaram em nome dos empresários os presidentes da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, Mario Garnero, e da Abrave (Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores), Renato Ferrari. Louvaram o ritmo com que o Governo Figueiredo está conduzindo o plano nacional do álcool e classificaram a cerimônia como "um marco histórico" na produção e comercialização de automóveis no país.

Terminados os discursos, o Presidente da República recebeu do Sr Mario Garnero uma placa alusiva à data e desceu a rampa do Palácio do planalto até a Praça dos Três Poderes, onde uma exposição de 130 veículos movidos a álcool foi montada. Na improvisada exposição, o Presidente Figueiredo pode ver, durante cerca de vinte minutos, veículos das principais fábricas do país, todos com motores movidos à álcool. Além de carros passeio

Ford planeja adaptar caminhões para álcool

Brasília — Apesar de o presidente da Ford, Lindsay Halstead, ter afirmado ontem que a fábrica ainda não concluiu os estudos de duas ou três alternativas de que dispõe para a produção de motores a álcool para caminhões, é considerado certo que a fábrica começará a importar brevemente motores a gasolina da subsidiária argentina para convertê-los no Brasil para o álcool.

A operação enquadra-se no esquema de internacionalização de produção da indústria automobilística, objetivando o lançamento dos chamados carros mundiais montados com componentes fabricados em diversas subsidiárias.

Halstead, presente à cerimônia de lançamento dos carros movidos a álcool à venda pública, preferiu destacar a negociação que a Ford está mantendo com a Befiex para renovar o seu programa de exportações.

Balanço do Proálcool

Antes da cerimônia na Praça dos Três Poderes, com a presença do Presidente Fugueiredo, Newton Chiaparini (Ford), Bernardo Eland (Volkswagen) e Donald Dancey (Chrysler), além do presidente da Anfavea, Mário Garnero, reuniram-se com o Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna; para uma avaliação de alto nível do Proácool.

Chiaparini relatou que o Sr Camilo Penna procurou saber dos representantes da indústria quais estão sendo os problemas inesperados, as dificuldades técnicas com o produto e em que medida a indústria necessita do Governo para solucioná-los.

— Dissemos ao Ministro que os problemas são os normais enfrentados nesta fase e que o grande teste ocorrerá agora com a aceitação do produto no mercado — continuou Chiaparini, mostrando-se bastante cauteloso em relação às negociações para a revisão do acordo firmado com o protocolo para a produção de 250 mil carros este ano.